

A Noção de Poder sob as Perspectivas de Hannah Arendt, Michel Foucault e Pierre Bourdieu e as Possibilidades para a Pesquisa Histórica

The Notion of Power under the Perspectives of Hannah Arendt, Michel Foucault and Pierre Bourdieu and the Possibilities for Historical Research

Bolívar Kieling Júnior¹

Resumo

Hannah Arendt, Michel Foucault e Pierre Bourdieu foram autores seminais nas discussões das humanidades do século XX, destacando em seus escritos diferentes e profícuas abordagens sobre a noção de poder. Este artigo visa apontar algumas possibilidades de como as abordagens propostas pelos autores sobre o conceito podem instrumentalizar o historiador em temáticas variadas.

Palavras chave: Poder, Poder simbólico, Pesquisa histórica, Teoria Social, Historiografia.

Abstract

Hannah Arendt, Michel Foucault and Pierre Bourdieu were seminal authors in the discussions of the humanities during the twentieth century, highlighting in their writings various and fruitful approaches to the notion of power. This article aims to point out some possibilities on how the approaches proposed by the authors to this concept can equip historians in the study of various themes.

Keywords: Power, Symbolic power, Historical research, Social Theory, Historiographys.

¹ Mestre em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Pensadores prestigiados, um conceito genérico e as possibilidades teórico-analíticas para a historiografia

Este artigo visa apontar possibilidades de apropriação na pesquisa histórica das perspectivas teórico-analíticas sobre a noção de poder elaboradas por três importantes autores das ciências humanas do século XX: Hannah Arendt, Michel Foucault e Pierre Bourdieu.

Arendt, alemã de origem judaica, realizou seus estudos na Filosofia, mas em momento posterior, já estabelecida no meio intelectual, declarava-se como cientista política, por ter como temática central a natureza do poder e dirigir suas discussões a assuntos relacionados à política. Seus focos principais eram a crítica ao totalitarismo e a defesa da democracia direta.

O início de sua carreira acadêmica coincidiu com a ascensão do nazismo, entremeando sua

trajetória incipiente aos eventos mais marcantes dos períodos próximos à Segunda Guerra Mundial. A autora atingiu seu ápice profissional nos Estados Unidos, onde fixou residência a partir de 1941.

Contemporânea ao nazismo alemão, ao fascismo italiano e ao stalinismo na União Soviética, seus principais trabalhos datam de fins da década de 1950 até a de 1970, fatos que, aliados à sua experiência de vítima do nazismo alemão, colocam-na num espaço temporal e de vivência especialmente propícios para a análise dos regimes totalitários de poder. De fato, a autora tem na explicação da natureza do poder um de seus objetivos principais, o que justifica sua auto-atribuição à condição de “teórica política”. Orientada de Martin Heidegger e influenciada por Carl Jaspers, percebemos nas suas obras características típicas dos trabalhos de filósofos alemães: atenção ao curso de mudanças do significado dos conceitos centrais abordados em

seu trabalho em um amplo espaço histórico e retorno da analítica às discussões filosóficas do mundo greco-romano, gerando extensas revisões de caráter semântico. De acordo com Lafer (1979) as premissas destes dois filósofos foram fulcrais para a formação das proposições analíticas empreendidas pela autora. Segundo o autor, com Heidegger, “Hannah aprendeu a distinguir entre um objeto de erudição e uma coisa pensada” e de Jaspers, a quem considerava um dos poucos que chegou a uma filosofia política, “por considerar que, politicamente, não existimos no singular, mas coexistimos no plural” (LAFER, 1979: 21-23). Como será demonstrado posteriormente, esta perspectiva da vivência humana em sociedade como elemento basilar da política é o ponto de partida da noção de poder a partir da qual a autora efetua sua analítica.

Quanto a Bourdieu e Foucault, pode se afirmar, sob um olhar genérico, que ambos tiveram trajetórias acadêmicas similares,

caracterizadas por vivências no exterior e ascensão relativamente rápida nos altos círculos da intelectualidade e da burocracia acadêmica francesa a partir da década de 1970.

A trajetória de Bourdieu demonstra-o como um sociólogo clássico, tendo no início de sua carreira realizado pesquisas de cunho antropológico, destacando-se o trabalho de pesquisa com o povo cabila, na Argélia, em fins da década de 1950 e início de 1960. Dentre as temáticas trabalhadas pelo autor no decorrer de sua carreira, que se estendeu até os primeiros anos do século XXI, destacam-se abordagens sobre as relações de poder e reprodução de estruturas sociais através de sistemas educacionais, sobre o meio acadêmico, a mídia televisiva, entre outras.

Na abordagem destas variadas temáticas emergem as principais contribuições intelectuais do autor, onde se destacam as teorizações

sobre o caráter simbólico do poder, como um exercício “mágico” de domínio e controle de uns sobre outros, e dos diferentes tipos de capital (recursos) através dos quais os indivíduos e grupos sociais estabelecem sua posição e agem dentro de determinado campo (conjunto de relações sociais balizadas por regras estabelecidas e respeitadas). Embora estes constructos teórico-analíticos tenham tornado-se amplamente aceitos no meio acadêmico, ressalto a insistência do autor em defender o caráter empírico da analítica sociológica, na medida em que considerava indissociáveis a teoria e a realidade da qual era abstraída.

Os postulados teóricos encontrados na obra de Pierre Bourdieu emergem com força no meio acadêmico a partir da década de 1970, influenciando pesquisas no campo da Sociologia, Antropologia e História. Cabe destacar como o autor abstraiu estes modelos teóricos de realidades diversificadas, o que gerou

uma badalação quase positivista de suas teorizações. O autor refutou tal quadro, defendendo com intransigência salutar o caráter empírico dos modelos explicativos, como será apontado posteriormente.

A ampla influência das propostas de Bourdieu se fez não apenas através de seus escritos, mas também de alunos e orientandos seus que ganharam destaque em áreas diversas. Michael Pollak, por exemplo, é bastante referenciado nos estudos ligados à história oral; Löïc Wacquant pelo seu foco em estudos sobre a aplicabilidade do conceito de *habitus* elaborado por Bourdieu e outras temáticas variadas, como antropologia do corpo e marginalidade urbana; Cristophe Charle, historiador com temáticas diversificadas, aborda com maior destaque setores sociais vinculados à intelectualidade e à noção de campo do autor ¹.

¹ Em relação às principais pesquisas de Michael Pollak, destacam-se as relacionadas aos fenômenos sociais mnemônicos e identitários correlatos, como nas obras *Memória e*

Antes de analisar o emprego das premissas de Bourdieu relativas à noção de poder para a pesquisa histórica, se faz importante destacar como a construção de suas propostas teóricas foi pautada pela busca de uma interpretação sincrética entre o subjetivo e as estruturas, procurando estabelecer de que forma os agentes e as estruturas correlacionam-se. Partindo desta perspectiva, percebe-se com maior clareza a função dos conceitos de capital, campo e o de *habitus*² especialmente, postulados teóricos basilares do autor e importantes também para entendermos as definições das formas de exercício do poder.

identidade (1992) e Memória, esquecimento, silêncio: a produção social de identidades frente a situações limite (1989); de Wacquant, Corpo e alma: notas etnográficas de um aprendiz de boxe (2000) e Condenados da Cidade: estudos sobre marginalidade avançada (2008); de Christophe Charle, História das Universidades (1996).

² Os capitais seriam recursos diversificados próprios aos agentes, que desempenham papéis de valoração destes dentro de determinados espaços. O *habitus*, sistemas duráveis e transponíveis de esquemas de percepção, apreciação e ação resultante da instituição do social no corpo, uma história social incorporada nos indivíduos. O campo é um espaço de relações entre agentes, com diferentes postos para serem ocupados de acordo com tipos de capital que apresentam.

Michel Foucault apresentava-se como filósofo, porém a originalidade de suas abordagens dentro dos diferentes assuntos que analisou lhe conferiu respaldo em áreas diversas, como as ciências jurídicas, médicas e humanas em geral. Cabe destacar a maneira através da qual seus trabalhos abordaram o poder (coercitivo, normativo etc.) como algo exercido de forma difusa na sociedade, em instâncias e instituições variadas, deslocando o foco hegemônico deste exercício do poder nas instituições estatais.

Este aspecto emerge como uma característica central do pensamento do autor, na medida em que o próprio Foucault define sua analítica do poder como uma “genealogia”. Segundo Roberto Machado, estas análises genealógicas do poder,

“produzem um importante deslocamento com relação à ciência e à filosofia política, que privilegiam em suas investigações sobre o poder a questão do Estado. Estudando a formação histórica das sociedades capitalistas, através de pesquisas

precisas e minuciosas sobre o nascimento da instituição carcerária e a constituição do dispositivo de sexualidade, Foucault, a partir de uma evidência fornecida pelo próprio material de pesquisa, viu delinear-se claramente uma não sinonímia entre Estado e poder” (MACHADO, 1988: 188).

Não menos importante, a análise pormenorizada do poder sob a forma do saber institucionalizado a relação entre “o poder e a verdade” - tornou-o basilar para autores cujas críticas dirigiam-se às mega-narrativas europeias e àquilo que alguns denominavam como “racismo epistemológico” ocidental. Em fins do século XX, autores apoiados nestas premissas passaram a ser corriqueiramente encampados sob o rótulo de **pós-coloniais**³.

³ Edward Said foi um dos autores seminais dentro das abordagens pós-coloniais. Homi Bhabha, Dipesh Chakrabarty, Gayatri Spivak foram autores indianos destacados nesta perspectiva. Paul Gilroy e Stuart Hall são também figuras proeminentes deste movimento oriundas do Caribe. Na América Latina, próximos a esta perspectiva, podemos citar os “descoloniais” Anibal Quijano e Walter Dignolo. A importância de Foucault para estes autores reside em sua crítica ao saber institucionalizado e a seus intrínsecos efeitos de poder, o que gera análises direcionadas, que subalternizam determinados objetos e formas de saber não europeias.

Desta forma, se evidencia como os três autores têm no conceito de poder, um elemento chave para suas teorizações e/ou análises. De fato, as discussões que propuseram sobre o tema foram basilares em suas obras, tornando impossível pensar suas contribuições intelectuais sem considerar a discussão que empreenderam a respeito das variadas formas de exercício do poder. E justamente por partirem de perspectivas diferentes e visarem objetos diversificados de análise, seus pressupostos abrangem um grande leque das relações de poder observáveis em variados contextos, aplicáveis em relações sociais a níveis micro, meso ou macro.

Ainda em vida, em meio às suas carreiras acadêmicas, os postulados dos três autores atingiram grande importância nas ciências humanas, tornando-se pauta de discussões epistemológicas em áreas diferentes às de suas origens. Entre estas áreas, a História emerge com destaque. Tendo em vista o objetivo

deste artigo a análise da contribuição das proposições destes pensadores em relação à noção de poder em estudos históricos se faz necessário discorrer sobre alguns temas tangentes, a fim de situar a discussão dentro da historiografia apropriadamente e realizar esta tarefa de forma resoluta e satisfatória.

A historiografia e as ferramentas teóricas de áreas afins

Na medida em que este artigo visa estabelecer as possíveis contribuições de autores de áreas variadas das ciências humanas à pesquisa histórica, é necessário abordar, mesmo que sucintamente, como a História enquanto ciência institucionalizada tem se relacionado com as áreas afins no plano teórico. Analisando tal relação temporalmente, é perceptível sua permeabilidade a perspectivas teórico-analíticas de outras disciplinas, sendo que a força destas influências pode ser facilmente comparada com o destaque de

determinados modelo teóricos nas ciências humanas no decorrer do tempo.

Em fins do século XIX, a busca em estabelecer padrões científicos razoavelmente rígidos visava oferecer métodos e objetivos específicos a cada disciplina, a fim de provar sua cientificidade. Neste ínterim, a História foi marcada pela primazia às fontes escritas e pela limitada margem de interpretação por parte do historiador. Ainda nesse período e estendendo-se até a atualidade, o materialismo histórico, ancorado nos pressupostos marxistas, emerge com bastante força, inaugurando grandes contribuições teóricas da sociologia à história.

A partir da década de 1940, algumas gerações de historiadores ligados à revista acadêmica francesa *Annales*, tendo como figura seminal Marc Bloch, ofereceu pressupostos analíticos próprios do metiê historiográfico, e tornaram-se referenciais basilares da área. De

acordo com Peter Burke, o movimento de renovação historiográfica promovida pelos intelectuais ligados à revista pode ser compreendido como algo próximo a uma “escola”. Burke identifica três aspectos centrais nesta renovação:

“a substituição da tradicional narrativa de acontecimentos por uma história-problema(...) a história de todas as atividades humanas e não apenas a história política (...) a colaboração com outras disciplinas, tais como a geografia, a sociologia, a psicologia, a economia, a linguística, a antropologia e tantas outras.” (BURKE, 1990: 12).

Junto à proposição de historiadores vinculados à revista *Annales*, da segunda metade do século XX em diante, passou a ocorrer uma gradual intensificação, de forma cada vez mais explícita⁴, da apropriação de premissas de autores da filosofia, antropologia e especialmente da sociologia na produção historiográfica, pautadas pela defesa das propostas interdisciplinares. Estas teorizações têm fornecido subsídios que

⁴ Por explícita, entenda-se declarada, positivada, como um fenômeno valorizado no meio acadêmico, ao contrário de influências indiretas, não declaradas, sub-reptícias.

possibilitam ao historiador escapar de modelos teóricos rígidos, que não cumprem com suas funções explicativas em relação a determinados objetos de pesquisa (problema típico de interpretações “marxistas vulgares”⁵).

Este aprisionamento teórico demonstra suas limitações na medida em que determinadas teorias são utilizadas para abordar fenômenos e realidades sociais distintas das quais foram elaboradas, relegando a um segundo plano características importantes, superdimensionando a relevância de outras e buscando interpretações pré-definidas a fim de forçar a adaptação do objeto a uma teoria exótica. Isto se tornou recorrente com o uso de teorizações

⁵ Termo cunhado por Eric Hobsbawn, proeminente neomarxista britânico, ao designar interpretações materialista-históricas pouco aprofundadas, que operam de forma mecanicista concepções como luta de classes, primazia das relações econômicas e modelo base-superestrutura no estudo de seus objetos. Embora considere-as importantes por haverem abrigado “grandes quantidades de explosivo intelectual”, cometiam o erro fatal de partirem de respostas pré-determinadas para uma pesquisa que as confirmassem. (HOBSBAWN, 1998: 162- 163)

próprias às mega-narrativas teleológicas.

As propostas interdisciplinares têm ampliado o espectro de teorias disponíveis para a explicação dos fenômenos sociais. Na medida em que aborda realidades sociais sob um espectro temporal, a historiografia tem sido pautada por estas propostas, buscando potencializar a capacidade explicativa dos objetos abordados. Neste âmbito, destaco a relevância de dois dos autores centrais deste ensaio, Bourdieu e Foucault. Uma série de trabalhos de cunho histórico passaram a utilizar as teorizações de Pierre Bourdieu no que tange às noções de campo, *habitus* e capital e ao exercício do poder simbólico. Quanto a Foucault, tornou-se referência obrigatória em trabalhos cujos objetos de pesquisa sejam instituições de correção penal, internação hospitalar e psiquiátrica, educacionais, entre outros.

Estes dois autores apresentam propostas empíricas importantes,

relevantes às ciências humanas em geral e à historiografia, não menos. Foucault, por exemplo, faz a defesa de estudos históricos pormenorizados, atentos à atuação de agentes e circunstâncias consideradas desqualificadas pelo discurso científico dominante. Foucault referia-se a este estudo mais detalhado com o termo de genealogia, que seria

“o acoplamento do conhecimento com as memórias locais⁶, que permite a constituição de um saber histórico das lutas e a utilização deste saber nas táticas atuais.” (FOUCAULT, 2011:171)

O autor explica a importância desta proposta ao perceber a resistência no meio historiográfico aos seus objetos de estudo, especificamente as tecnologias políticas envoltas ao saber médico balizado pelo discurso científico. Através das genealogias, buscava

⁶ Em relação a *conhecimento*, o autor refere-se ao saber institucionalizado, ao discurso científico dotado de poder normativo. *Memórias locais* faz alusão a saberes desqualificados de cientificidade, mascarados dentro de conjuntos sistemáticos do discurso científico dotado de poder, próprios de agentes sociais desconsiderados pelo discurso científico.

escapar da “tirania dos discursos englobantes com suas hierarquias e com os privilégios da vanguarda teórica” (FOUCAULT, 2011: 171), que efetuam a simplificação de conjuntos explicativos sistematizados, solapando determinados conteúdos históricos como irrelevantes. Para o autor, a pesquisa histórica elaborada com minúcia permite a análise destes elementos outrora desconsiderados, mas não menos importantes para a explicação de importantes espaços de vivência social. Estes eram os saberes dominados, verdadeiros

“blocos de saber histórico que estavam presentes e mascarados no interior dos conjuntos funcionais e sistemáticos e que a crítica pode fazer reaparecer, evidentemente através do instrumento de erudição.” (FOUCAULT, 2011: 170).

Desta forma, Foucault chama atenção para a importância do intelectual em estar atento aos efeitos de poder próprios a um discurso considerado “científico”, evitando a preponderância de determinadas temáticas, esquemas explicativos pré-configurados e carregados de

propostas interpretativas pré-determinadas.

Bourdieu aproxima-se de Foucault em relação a essa proposição ao defender o caráter intrínseco das teorias e conceitos em relação ao objeto de pesquisa. Instado a explicar a noção de campo, o autor defende como os conceitos explicativos de uma teoria fazem sentido apenas se pensados em relação à realidade abordada:

“os conceitos não tem outras definições além das de tipo sistêmico, e estão destinadas a ser postas a trabalho de maneira sistemática. As mencionadas noções de *habitus*, campo e capital podem ser definidas, entretanto, apenas dentro do sistema teórico que as constituem, não de forma isolada.” (BOURDIEU & WACQUANT, 2005: 148)⁷

A defesa de ambos em relação à construção de modelos teóricos apropriados às realidades abordadas e à atenção às lacunas do discurso

⁷ Nesta obra, organizada sob a forma de uma entrevista, Bourdieu é questionado sobre a noção de campo. O entrevistador questiona como em realidades diferentes o autor abstraiu este conceito de forma altamente técnica. Em sua resposta, Bourdieu insiste em apontar o caráter empírico de sua teorização, defendendo sua intransigência em não elaborar um sistema de “teorias de médio alcance”, noção própria a teóricos da sociologia norte-americana.

científico vigente são apontamentos interessantíssimos para a historiografia. A aplicação destas propostas na pesquisa histórica qualifica-na, forçando uma atenção maior ao objeto de pesquisa e indubitavelmente, permitindo a elaboração de interpretações e ferramentas teórico-analíticas mais acuradas, conectadas ao objeto.

Hannah Arendt e a analítica da natureza do poder: possibilidades historiográficas

A noção de poder através da qual Hannah Arendt pautou sua analítica pode ser encontrada de forma nítida em um de seus trabalhos mais notáveis, *A condição humana*, de 1958. Neste trabalho, a autora visa dirimir os elementos condicionantes da existência humana, elencando três principais, encampados sobre a noção *vita activa*. Dois destes elementos, ligados às necessidades orgânicas humanas e

o esforço para a sobrevivência⁸, são considerados de menor importância. Um terceiro elemento, a ação, adquire importância fulcral, real definidor do que seria a condição humana. Consiste no ato de vivência das pessoas entre si enquanto seres plurais, diferenciados. Esta pluralidade e a ação engendradora para estabelecer a convivência seria uma condição geradora da política, atribuindo ampla importância para as relações de poder estabelecidas entre os indivíduos, como determinantes de sua condição de seres humanos. Como aponta a autora,

A ação, única atividade que se exerce diretamente entre os homens sem a mediação das coisas ou da matéria, corresponde à condição humana da pluralidade, ao fato de que homens, e não o Homem, vivem na Terra e habitam o mundo. (ARENDR, 1983: 15)

Considero este postulado um elemento revelador sobre a teorização da autora. É uma premissa basilar, construída em uma discussão

⁸ Em *A condição humana* (1983: 31), Arendt argumenta que se realizássemos apenas estas atividades laborais voltadas à subsistência, desnecessárias da presença de outros,

que visa atingir estruturas profundas das relações humanas, com o claro objetivo de esmiuçar no plano mais básico, a natureza do poder. Tal percepção do alto caráter político da experiência humana pode ser transposta para a pesquisa histórica, oferecendo a possibilidade de perspectivas analíticas originais. As abordagens da historiografia sobre questões políticas, geralmente, são pautadas pela análise de um conjunto de instituições, corpos e regras estabelecidas, palco de relações altamente condicionadas, focando a estrutura do Estado. Pensar a política sob esta perspectiva tão basilar na historiografia nos remete a uma análise diferenciada de todo o espectro das relações humanas, atingindo os espaços tidos como próprios da produção econômica e das manifestações culturais.

Hannah Arendt nos fornece um exemplo de como sua proposta teórica sobre as relações de poder

seríamos meros *animal laborans*, e não humanos.

oferece novas possibilidades interpretativas de variados eventos históricos. No seu trabalho *Sobre a Revolução*, de 1963, a autora propõe perspectivas interessantes sobre três grandes processos revolucionários: a Revolução Americana, a Revolução Francesa e a Revolução Russa. Arendt trabalha de forma particular a importância das motivações econômicas no processo revolucionário, apontando que as revoluções são consequência e não causa da queda da autoridade política. Esta perde o poder na medida em que cessa sua legitimidade, não sendo mais respeitada por aqueles que acredita representar. Segundo ela, nos lugares em que a revolução ocorreu entremeada aos interesses econômicos de uma ampla camada da população empobrecida, o processo revolucionário fracassou na sua proposta democrática, casos da Revolução Francesa e Russa.

Para a autora, a explicação para o fato de que o único processo

revolucionário exitoso em instalar instituições políticas que oferecessem uma experiência democrática duradoura ter sido a Revolução Americana se deve ao fato dos colonos serem economicamente prósperos, formando um amplo estrato social médio. Sendo assim, justifica que apenas uma sociedade de iguais pode atingir relações políticas caracterizadas pela democracia direta.

Por partilharem de uma característica central em suas sociedades - a miséria e a penúria, mescladas na luta contra a tirania e opressão, Arendt vê processos similares decorrentes nas revoluções Francesa e Russa. O Terror francês e os expurgos soviéticos, fenômenos característicos dos dois eventos, balizaram o estabelecimento dos novos governos, ocorreram sob a justificativa de desmascarar as falácias e foram marcantes no repentino processo de cerceamento de propostas democráticas em ambas realidades. No caso francês, fica

evidente este enfoque econômico pela busca de Robespierre em “libertar o povo da pobreza e promover a sua felicidade” e no caso russo, em Lênin considerar o socialismo russo por meio da simplificação “eletricidade mais soviets”. Numa crítica recorrente a Marx, a autora aponta como o autor tratou a questão social em termos políticos em sua juventude, porém, já na sua maturidade intelectual, passou a considerar a abundância e não a liberdade, o objetivo da revolução. (ARENDDT, 1988:50-51)

Embora considere a Revolução Americana como uma experiência que tenha permitido relações políticas genuinamente democráticas, assemelhadas à democracia ateniense⁹, a autora não considera que este quadro tenha se mantido até o momento presente. Postula que a noção de liberdade pública - a

⁹ A democracia direta ateniense é para a autora algo próximo a um modelo ideal de participação política, onde todos os cidadãos, na condição de iguais, têm a oportunidade de participar dos negócios públicos. Façam-se as

participação nos negócios públicos ancorada nas experiências cotidianas de discussão e debate sobre a coisa pública - deu espaço para a garantia de liberdade civil, ou seja, a estabilização de direitos e leis que dão ampla margem para a prosperidade econômica. A autora vê na chegada dos imigrantes dos séculos XIX e XX aos EUA, com sua busca pela ascensão econômica, elemento fundamental para esta troca de pauta política. Não considera as relações políticas estadunidenses contemporâneas como exemplo de prática democrática.

Acredito que o exemplo posto acima, envolvendo o livro *Sobre a revolução*, elucidada como a abordagem da autora sobre a natureza do poder pode ser aplicado à pesquisa histórica. Vejo na sua interpretação a primazia das relações políticas para a análise dos fenômenos sociais, algo postulado em sua obra anterior, *A*

devidas ressalvas ao período histórico e à condição de sociedade escravista.

condição humana. Sua interpretação destes eventos destaca-se pela originalidade, gerando perspectivas e discussões que a historiografia não havia ainda efetuado.

Desta forma, destaco na teorização de Hannah Arendt três elementos principais, que sinalizo como premissas tangíveis para serem apropriadas na historiografia: preocupação com as definições dos conceitos explicativos abordados, claro afastamento de propostas interpretativas teleológicas e valorização da analítica das relações de poder, consideradas como centrais para a explicação dos fenômenos sociais.

O poder simbólico de Pierre Bourdieu e sua aplicabilidade na pesquisa histórica

Pensar a noção de poder de acordo com as premissas de Bourdieu é levar em consideração seu caráter simbólico. Na analítica do poder, o autor propõe-se a analisá-lo não sob suas formas mais explícitas, físicas,

mas nas situações em que ele é amplamente reconhecido e ignorado, portanto “mágico”. Para Bourdieu,

“é necessário saber descobri-lo onde ele se deixa ver menos, onde ele é completamente ignorado, portanto, reconhecido: o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem.” (BOURDIEU, 2012: 10).

Esta forma de poder abordada e teorizada pelo autor permite a percepção de relações de poder em uma ampla gama de relações sociais, atingindo praticamente todos os espaços de vivência humana. Podemos exemplificar esta amplitude citando um espaço até então desconsiderado para análise, o da linguagem. O ato de nomear, de inculcar determinada perspectiva das coisas, possui um caráter altamente social e é considerado por Bourdieu, um intenso exercício de poder. Na medida em que a linguagem é compartilhada socialmente e esta nomeação é desconsiderada enquanto manifestação de poder,

constitui-se enquanto um exercício simbólico de poder.

Bourdieu considera que este exercício do poder simbólico é uma forma “irreconhecível, transfigurada e legitimada de outras formas de poder” (BOURDIEU, 2012: 15), e para abordá-lo de forma adequada, para além das perspectivas limitadoras onde as relações sociais são pautadas apenas enquanto relações de força ou de comunicação, deve-se analisar os processos que guiam a transmutação dos diferentes tipos de capital dos agentes em capital simbólico. Desta forma, o exercício de poder por parte de uma classe dominante assume o caráter mágico, reconhecido e ignorado, transformado em poder simbólico, produzindo efeitos reais sem exigir gasto de energia.

“(E)nfrentamentos de visões e de pressões da luta propriamente política encerram uma pretensão à autoridade simbólica enquanto poder socialmente reconhecido de impor uma visão do mundo social, ou seja, das divisões do mundo social.” (BOURDIEU, 1982: 82)

Neste sentido, percebemos a importância em analisar a teorização do autor que resulta na constituição dos conceitos supracitados de capital, *habitus* e campo. São especialmente configurados para operarem análises relacionais das dinâmicas sociais, a partir das quais podemos investigar as manifestações do exercício do poder simbólico.

Desta forma, tal perspectiva sobre o poder simbólico torna-se uma ferramenta teórico-analítica altamente operacional para todas as ciências humanas, inclusive a História. Entretanto, exige um aprofundamento maior na pesquisa das fontes e atenção mais apurada a detalhes que podem passar despercebidos¹⁰. As formas clássicas de exercício de poder abordadas pela historiografia caracterizam-se pela reação dos dominados, estratégias de resistência, fuga e retaliação, geram

¹⁰ De acordo com Bourdieu, o poder simbólico tem um caráter “quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for

grande clamor em diferentes estratos sociais e se tornam facilmente observáveis ao pesquisador na lida com diversos tipos de fontes. O exercício do poder na sua dimensão simbólica, por sua vez, exige grande quantidade de fontes, que forneçam indícios sobre a ação de dominadores e dominados. Tais informações só podem ser encontradas na análise dos sistemas simbólicos que mediam as relações entre os que exercem o poder e os sujeitados, o que exige uma quantidade maciça de dados para que estes sistemas consigam ser razoavelmente analisados, a fim de possibilitar interpretações e abstrações teóricas qualificadas.

Cabe destacar que tais conceitos e suas respectivas operacionalizações são talhados para uma analítica sincrônica, própria ao metiê da Sociologia, onde um grande conjunto de dados está disponível para análise do pesquisador. Tal situação é impossível na

reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário.” (BOURDIEU, 2012: 14).

interpretação de inúmeros processos históricos, devido à indisponibilidade de fontes. Outros, onde o conjunto de fontes é limitado, exigem originalidade na sua leitura por parte do historiador e a procura de indícios sob formas peculiares.

De fato, utilizar as teorizações de Bourdieu sobre o poder simbólico em pesquisas históricas apresenta-se como uma tarefa complexa. Exige uma disponibilidade de fontes razoável e investigação intensa sobre estas, além de um amplo conhecimento de seus pressupostos teóricos abrangentes, porém, interdependentes. Mas sem dúvida, permite ao historiador interpretações de um espectro bastante diversificado das relações sociais que permearam os grupos e agentes focados em seus estudos, atingindo aspectos pouco abordados na historiografia, e possibilitando ampla capacidade explicativa das dinâmicas sociais, enquadrando as múltiplas possibilidades da ação humana,

coletiva ou individual, dentro de um modelo teórico adequado.

As possibilidades de apropriação pela historiografia das perspectivas de Michel Foucault sobre o exercício do poder.

De forma similar a Arendt e Bourdieu, Foucault propôs perspectivas originais sobre a noção de poder, que permitiram o estudo das relações de força em espaços e convívios sociais até então pouco prestigiados para esta análise.

Um dado relevante sobre o estudo do poder levado a cabo pelo autor diz respeito à sua pretensão de propor uma analítica do poder em detrimento de uma teoria sobre o poder. O autor evita esta dimensão teórica de seus estudos argumentando que exigiriam descrever o poder como algo que emerge num tempo e espaço específicos, sendo necessário deduzi-los e reconstruir sua emergência. Para o autor, um constructo de caráter teórico do poder direciona

para uma proposta interpretativa descontextualizada, a-histórica, algo que considera inadequado. Por considerar as relações de poder como um conjunto de relações abertas, postula que basta formular uma rede de análise que dê espaço para uma analítica das relações de poder (DREYFUS & RABINOW, 1995: 202).

Estes postulados estão alinhados à perspectiva do autor de analisar o poder enquanto a “operação de tecnologias políticas através do corpo social” (DREYFUS & RABINOW, 1995: 203). O autor visa descolar o estudo do exercício do poder enquanto uma potência dos sujeitos ou de instituições específicas, focando nas práticas deste exercício, cuja lógica se encontra nas estratégias formuladas a fim de contemplar um conjunto de objetivos por parte dos atores sociais. Entretanto, não vê estabilidade, ou uma espécie de equilíbrio sistêmico inerente a este conjunto de práticas, considerando o poder como este

objeto inadequado para uma abstração teórica.

Os temas sobre os quais Foucault analisou esta incidência do poder foram diversos. Examinarei sucintamente três conjuntos de objetos que considero como especialmente propícios para analisar as possibilidades de apropriação para a pesquisa histórica e apontarei como em relação ao terceiro, esta apropriação já tem ocorrido: um conjunto analítico formado pelas *formações discursivas*; outro concentrado na *relação entre o saber institucionalizado, a verdade e o poder*; e um terceiro sobre *as tecnologias políticas exercidas na emergência de novas de estruturas de dominação*.

O estudo das formações discursivas proposto por Foucault fornece perspectivas interessantes para análise de fenômenos importantes nas dinâmicas sociais, tendo como foco o estabelecimento de discursos sobre determinados fatos e realidades sociais. Para o

autor, não existe uma verdade a ser revelada sobre os fatos, apenas um sentido implícito socialmente construído¹¹. A atribuição deste sentido implica uma disputa pela sua legitimação, visando sua aceitação entre os diferentes atores e grupos sociais. Esta disputa procura apoio em suportes institucionais, sendo os espaços científicos, os mais proeminentes e respeitados porta-vozes do que é entendido como o “discurso verdadeiro”. Segundo Foucault, o discurso “verdadeiro” “não pode reconhecer a vontade de verdade que o atravessa” (FOUCAULT, 1971: 20), na medida em que isto mascara o palco de disputas sobre os quais ele se posta como o mais qualificado.

Os efeitos de poder do discurso dominante, das disputas travadas para legitimação de determinados sentidos implícitos

¹¹ Cabe ressaltar que os discursos fazem menção a praticamente todo o espectro de inteligibilidade que as sociedades, seus grupos e atores aplicam ao mundo, fazendo com que existam sob várias dimensões, com diversificados alcances sociais.

dados às coisas e ao mundo é um objeto de estudo que, se for analisado na pesquisa histórica, qualifica enormemente a interpretação do historiador sobre um determinado período. Permite desvelar as percepções dos agentes concernentes a seu período, evitando desta forma, a ocorrência de anacronismos na interpretação histórica.

Não muito distante da análise das formações discursivas, encontramos outro importante objeto pesquisado por Foucault: o poder entremeado ao saber institucionalizado e à verdade. Nesta análise, percebemos a apropriação do autor de várias premissas de Nietzsche, no questionamento a postulados centrais do pensamento próprio da modernidade: suas noções de totalidade, cientificidade, seu caráter teleológico e a crença de que o mundo é explicável. Conforme abordado anteriormente, este viés da análise de Foucault tornou-se referencial para as abordagens pós-

coloniais, pautadas pela crítica à epistemologia europeia, atingindo especialmente as ciências humanas.

As discussões suscitadas por estas abordagens têm também atingido a historiografia nas últimas décadas, abrindo margem para novas perspectivas interpretativas nos estudos históricos. Porém, não será abordado de forma aprofundada esta influência do autor. O debate sobre o assunto é vasto, e exigiria amplas considerações para ser tratado de forma minimamente qualificada. Apontei-o brevemente na medida em que sofreu influência da analítica do autor sobre o poder e é relevante para os estudos históricos.¹²

Considero o terceiro conjunto de objetos que designei para análise as tecnologias de poder aplicadas em instituições caracterizadas pela individualização do exercício do poder (ou biopolítica), emergentes no

¹² Uma discussão qualificada a este respeito exigiria a análise dos estudos corriqueiramente encampados sob o rótulo de pós-coloniais, ou descoloniais, no caso de alguns autores latino-

século XIX aquele que tem recebido maior atenção na historiografia. A emergência destas novas tecnologias políticas insere-se para Foucault dentro do fenômeno da governamentalidade.

“Se o estado é hoje o que é, é graças a esta governamentalidade, ao mesmo tempo interior e exterior ao Estado. São as táticas de governo que permitem definir a cada instante o que deve ou não competir ao Estado, o que é público ou privado, o que é ou não estatal etc.; portanto o Estado, em sua sobrevivência e em seus limites, deve ser compreendido a partir das táticas gerais da governamentalidade. (FOUCAULT, 2011:292)

A influência das propostas do autor nos estudos históricos que envolvem instituições de caráter educativo, prisional, hospitalar e psiquiátrico, ou do exercício de determinados profissionais amparados em formas de saber institucionalizados, como os médicos, têm sido significativas, ocorrendo há algumas décadas. As relações de poder concernentes a estes espaços foram pauta de longa e detalhada pesquisa do autor, nas quais se evidenciaram seus principais americanos. Alguns estão supracitados (página

pressupostos analíticos sobre o poder. Nestas pesquisas, Foucault aponta como as mudanças sociais, econômicas e políticas que marcam a instalação da sociedade burguesa na Europa pautam um maior enfoque aos indivíduos. As relações de poder, difusas em variadas instâncias na sociedade, são atingidas por esta mudança, e ocorre uma gradual reconfiguração das tecnologias políticas, visando atingir todos os indivíduos. Estas novas formas de poder, entretanto, não podem ser consideradas como apenas de caráter coercitivo, mas sim, administrativo e normativo, na medida em que visam obter maior controle e conhecimento do comportamento das pessoas.

Como exemplo ideal desta nova tecnologia política, Foucault faz menção ao *Panopticum* de Bentham. Trata-se de um projeto arquitetônico do século XVIII que foi copiado, mesmo que sob variadas reformulações, a instituições onde esta nova tecnologia de controle dos

corpos se fazia necessária, como prisões, hospitais, etc. Sua principal característica arquitetônica concernia na possibilidade de todos os internos serem vigiados por uma torre central, demonstrando por meio da arquitetura, as novas relações de poder que perpassavam as sociedades modernas.

Variadas pesquisas históricas relacionadas a estas instituições e ao saber médico têm se apropriado da analítica de Foucault sobre o poder, demonstrando-se bastante profícuas. Entretanto, exigem amplo acervo documental e análise esmiuçada das fontes, a fim de não permitir interpretações simplistas. O próprio autor aponta que construiu sua analítica do poder através de um exame minucioso de fontes, em longas pesquisas documentais (FOUCAULT, 2011:167-168), visando uma abordagem de situações históricas dentro da perspectiva das genealogias, anteriormente referidas.

3, nota 2).

Outro aspecto a ser considerado ao se pensar em utilizar os pressupostos analíticos sobre o poder de Foucault diz respeito às suas propostas de análise do poder incrustados nos discursos científicos e saberes institucionalizados. Todos estes âmbitos são correlatos para o autor e exigem análise. Utilizar parte de suas proposições e desconsiderar outras requer atenção, amplo embasamento e explicação a respeito, a fim de evitar interpretações históricas voláteis.

Conclusão

Considero que algumas perspectivas importantes para o uso da noção de poder para o estudo histórico foram abordadas neste artigo, que chamam atenção para um conjunto de possíveis usos teóricos e analíticos e cuidados que o historiador deve estar ciente no seu trabalho.

A análise das premissas de Arendt sobre o poder remeteu a uma perspectiva profunda e inerentemente política das relações sociais e uma revisão de

determinados conteúdos históricos a partir desta perspectiva, propiciando abordagens inovadoras a respeito de três grandes revoluções dos últimos séculos. A atenção aos seus postulados permite ao historiador descolar-se de perspectivas demasiadamente materialistas, presentes em muitas interpretações históricas.

A aplicabilidade das premissas de Bourdieu sobre o poder à pesquisa histórica é notória, sendo recorrente há algumas décadas. Entretanto, bastante exigente quanto à quantidade de fontes a serem pesquisadas, à busca por detalhes e peculiaridades nos indícios e ao conhecimento dos sistemas simbólicos pertinentes ao objeto histórico. Demanda também conhecimento intrincado dos outros principais postulados teóricos do autor, interdependentes de sua teorização sobre o exercício do poder simbólico.

A apropriação da analítica de Foucault sobre o poder para a historiografia demonstra vigor há algumas décadas, especialmente perceptível quando relacionadas a espaços focados pelo autor, como as instituições hospitalares, psiquiátricas, prisionais e educativas. Na medida em que estes estudos tiveram um caráter histórico mesmo visando deslindar em uma análise das relações de poder o autor também apontou a importância da pesquisa histórica pormenorizada, atenta a detalhes e particularidades, distanciada de interpretações pré-deterministas ou da ênfase a objetos

históricos específicos para adequação a modelos teóricos teleológicos.

Sucintamente abordadas acima, as premissas dos três autores sobre a noção de poder são não apenas aplicáveis à pesquisa histórica, mas também inovadoras e importantes ferramentas analíticas e teóricas para a interpretação dos processos históricos. Ao mesmo tempo em que exigem mais atenção sobre as fontes e esforço na pesquisa, permitem maior profundidade e capacidade de explicação dos processos históricos. Sem dúvida, enriquecem e qualificam o trabalho do historiador.

Referências

- ARENDDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense, 1983.
- ARENDDT, Hannah. *Sobre a revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 16ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- _____. *A economia das trocas linguísticas*. São Paulo: EDUSP, 1982.
- BOURDIEU, Pierre y WACQUANT, Löic. *Una invitación a la sociología reflexiva*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2005.
- BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução francesa da historiografia*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

DREYFUS, Hubert & RABINOW, Paul. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica; (para além do estruturalismo e da hermenêutica)*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1971.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2011.

HOBSBAWN, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

LAFER, Celso. *Hannah Arendt: pensamento, persuasão e poder*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MACHADO, Roberto. *Ciência e saber: a trajetória da arqueologia de Michel Foucault*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1981.